



***MENINO VESTE AZUL, MENINA VESTE ROSA: UMA REFLEXÃO  
SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO REFORÇADAS NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL***

***BOY VESTE BLUE, CHICA VESTE PINK: UNA REFLEXIÓN SOBRE LAS  
RELACIONES DE GÉNERO REFORZADAS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL***

***BOY VESTE BLUE, GIRL VESTE PINK: A REFLECTION ON GENDER  
RELATIONSHIPS REINFORCED IN CHILDHOOD EDUCATION***

*Dalila Maite Rosa Sena<sup>1</sup>*

*Jaíne Teixeira da Fraga<sup>2</sup>*

*João Guilherme Rodrigues Mendonça<sup>3</sup>*

**RESUMO**

Este trabalho apresenta um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, e tem como finalidade integrar os conhecimentos teóricos e práticos na solidificação de uma aprendizagem científica adquirida nos componentes curriculares da disciplina “Inovações Curriculares e Didática”, relacionando-a às vivências e ações docentes. O estudo tem como objetivo refletir sobre as relações de gênero estabelecidas na educação infantil. Utilizamos como referencial teórico as contribuições de Louro (1997, 2000), Felipe (2004, 2012), Meyer (2005), Beauvoir (1967) Freire (1996) entre outras leituras que se fizerem necessárias. A partir das análises foi possível apurar a necessidade de discussão sobre a forma que a escola e os docentes contribuem para a construção de padrões de comportamentos e seus papéis na sociedade, uma vez que estamos passando por constantes transformações no âmbito educacional. Desta forma inferimos também a necessidade de formação e reflexão sobre as temáticas gênero e sexualidade para o trabalho pedagógico docente na educação infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Currículo. Educação Infantil.

**RESUMEN**

Este trabajo presenta un estudio descriptivo, cualitativo, tipo relato de experiencia, y tiene como objetivo integrar los conocimientos teóricos y prácticos en la solidificación de los aprendizajes científicos adquiridos en los componentes curriculares de la asignatura “Innovaciones Curriculares y Didácticas”, relacionándola con las experiencias y acciones de enseñanza. El estudio tiene como objetivo reflexionar sobre

<sup>1</sup> Mestranda em Educação Escolar. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, Brasil.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação Escolar. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, Brasil.

<sup>3</sup> Doutor em Educação Escolar. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, Brasil.

las relaciones de género que se establecen en la educación infantil. Utilizamos como referencia teórica los aportes de Louro (1997, 2000), Felipe (2004, 2012), Meyer (2005), Beauvoir (1967) Freire (1996) entre otras lecturas que son necesarias. A partir de los análisis se pudo constatar la necesidad de discutir sobre la forma en que la escuela y los docentes contribuyen a la construcción de patrones de conducta y sus roles en la sociedad, ya que atravesamos constantes transformaciones en el ámbito educativo. De esta forma, también inferimos la necesidad de formación y reflexión sobre los temas de género y sexualidad para la labor pedagógica de los docentes en educación infantil.

**PALABRAS CLAVE:** Género. Plan de estudios Educación Infantil.

## ABSTRACT

This paper presents a descriptive, qualitative study, of the type of experience report, and aims to integrate theoretical and practical knowledge in the solidification of a scientific learning acquired in the curricular components of the discipline "Curricular and Didactic Innovations", relating it to the experiences and teaching actions. The study aims to reflect on the gender relations established in early childhood education. We've used as theoretical reference the contributions of Louro (1997, 2000), Felipe (2004, 2012), Meyer (2005), Beauvoir (1967) and Freire (1996) among other readings which are necessary. From the analyzes it has been possible to ascertain the need for discussion on the way that the school and the teachers contribute to the construction of behavior patterns and their roles in society, since we are going through constant transformations in the educational scope. Therefore, we also infer the need for training and reflection on the themes of gender and sexuality for the pedagogical work of teachers in early childhood education.

**KEYWORDS:** Gender. Curriculum. Child education.

\* \* \*

*Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem.  
Lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.*

Boaventura de Sousa Santos.

## Introdução

Este relato de experiência resulta de uma inquietação profissional e reflexões possibilitadas através da disciplina “Inovações Curriculares e Didática” do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia – PPGE/UNIR. Enquanto professoras da Educação Infantil, percebemos que a questão gênero está presente em nossa rotina escolar por meio de brincadeiras extraclasse, escolha dos brinquedos, modo de se comportar, sendo possível identificar que as

relações de gênero que se estabelecem em muitos casos estão sendo reforçadas em uma divisão sexista, legitimando, assim, as desigualdades no cotidiano escolar.

De acordo com Guacira Louro (2002), a “[...] passagem pelos bancos escolares deixa marcas. Permite que se estabeleçam ou se reforcem as distinções entre os sujeitos. Ali se adquire todo um jeito de ser e de estar no mundo” (LOURO, 2002, p. 125). A partir dessas marcas deixadas pelos anos escolares, este relato de experiência possui uma abordagem descritiva/reflexiva e busca elencar alguns importantes elementos observados em nossa vivências como professoras na educação infantil no que se refere às relações de gênero, considerando o contexto social em que estamos inseridas.

Desta forma, pretendemos elucidar que as relações de gênero não são “[...] únicas nem universais, ou seja, elas não apenas divergem historicamente, mas também divergem culturalmente e no interior de uma mesma sociedade: elas são plurais e múltiplas” (LOURO, 2002, p. 121-122). A maneira como os sujeitos vivem são determinadas pelas divisões de gênero, classes, entre outros marcadores, os quais são impostos e reforçados pelo seu contexto social.

Para atingir o objetivo deste estudo, nos pautamos em várias/aos autoras/es, dentre as/os quais ressaltamos: Louro (1997, 2000), Felipe (2004, 2012), Meyer (2005), Paraiso (2016), Beauvoir (1970) e Freire (1996), entre outras leituras que se fizeram necessárias para um aprofundamento teórico.

A estruturação do texto e sua produção aconteceram em articulação entre o referencial teórico, observações e nossa experiência enquanto professoras na educação infantil. Desta forma, faremos uma aproximação entre a teoria e prática, possibilitando um olhar sobre como se constituem as relações de gênero em uma turma de pré-escolar.

### **Das perguntas que importam: o que é gênero?**

Para falarmos de gênero torna-se necessário conceituar o termo para darmos continuidade em nossa reflexão sobre o papel da escola e as relações que se estabelecem nessa construção. Desta forma tomamos como ponto de partida Felipe, conceitua gênero da seguinte forma:

O conceito de gênero está relacionado fundamentalmente aos significados que são atribuídos a ambos os sexos em diferentes sociedades. Homens e mulheres, meninos e meninas constituem-se mergulhados nas instâncias sociais em um processo de caráter

dinâmico e contínuo. Questões como sexualidade, geração, classe, raça, etnia, religião também estão imbricadas na construção das relações de gênero (FELIPE, 2004, p. 33)

Percebemos a partir da definição de Felipe (2004) que as diferenças entre homens e mulheres não estão relacionadas a uma questão biológica, mas social, histórica e cultural. Isso significa que as diferenças são construídas a partir das relações que se estabelecem. Assim Butler define gênero:

O gênero não é inscrito no corpo passivamente, nem é determinado pela natureza, pela linguagem, pelo simbólico, ou pela história assoberbante do patriarcado. O gênero é aquilo que é assumido, invariavelmente, sob coação, diária e incessantemente, com inquietação e prazer. Mas, se este acto contínuo e confundido com um dado linguístico ou natural, o poder é posto de parte de forma a expandir o campo cultural, tornado físico através de performances subversivas de vários tipos (BUTLER, 2011, p. 87).

Em consonância com a fala de Butler (2011), o gênero é imposto mesmo antes do nascimento, chá de revelação, chá de bebê onde os itens de cor rosa são utilizadas para presentear meninas, azul para presentear os meninos. O gênero é algo que vai sendo construído e moldado ao longo do tempo, as vezes por proibições daquilo que foge ao padrão pré-estabelecido pela sociedade. Nossas roupas, profissões, acessórios são divididos na dualidade feminino e masculino, sem permitir uma oscilação entre os dois.

Desta forma, devemos compreender que:

O conceito de gênero enfatiza a pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça, etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem, ser, vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (MEYER, 2005, p. 17).

Percebemos que o gênero não é apenas uma forma de se diferenciar homens e mulheres, mas uma estrutura que determina socialmente a maneira de se comportar, normatizando a vida em sociedade, colocando o homem como papel principal e a

mulher em segundo plano, reforçando atitudes sexistas e discriminatórias. Por outro lado o “[...] conceito de gênero tem sido usado na luta pela vida digna de milhões de pessoas, na luta para promover igualdades de oportunidades, na luta por políticas que combatam as injustiças (PARAISO, 2016, p. 402). Embora aja uma desigualdade por causa do gênero, há também uma luta por igualdade.

Louro (1997) nos lembra que há: “Diferenças, distinções, desigualdades. A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso” (LOURO, 1997, p. 57). Desde cedo a escola determinou os deveres, normas e regras que fazem uma divisão do que é de menino e de menina, para as meninas atividades mais calmas, brincar de boneca, de casinha, aulas de bordados, para os meninos ênfase nos esportes e atividades que reforçam o lado másculo, a força e inteligência, legitimando com isso a mulher como ser frágil e o homem forte.

A escola, inclusive a de educação infantil impõe o que se pode e o que não pode, meninas brincam de boneca, meninos brincam de carrinho, há distinções nos agrupamentos, fila de meninos e fila de meninas, nas brincadeiras isso também acontece, “menina não pode brincar de futebol é perigoso” e com essas distinções acabam legitimando e reforçando desde cedo uma educação sexistas:

É preciso entender, em primeiro lugar, que as divisões das brincadeiras em ‘coisas de menino’ e ‘coisas de menina’ é algo histórico, não é uma invenção de determinado pai ou mãe. Nesse sentido, desconstruir a problemática e compreendê-la não é tarefa fácil (FERRARI, 2016, p. 1).

Todos os brinquedos servem para todas as crianças, porque brinquedo não tem gênero. O fato de um menino brincar com bonecas por exemplo, não fez dele menos menino, pelo contrário pode contribuir para a construção social de um pai capaz de cuidar de uma criança, além de possibilitar a vivência de vários papéis sociais tais como o de médico, irmão, tio, sem necessariamente desqualificá-lo. A Educação Infantil por meio de suas brincadeiras lúdicas, possibilita reproduzir vivências do cotidiano da criança, assim:

As relações das crianças na Educação Infantil apresentam-se como uma das formas de introdução de meninos e meninas na vida social, principalmente porque oferecem a oportunidade de estar em contato com crianças oriundas de diversas classes sociais, religiões e etnias com valores e comportamentos também diferenciados. A Educação Infantil não só cuida do corpo da criança, como o educa: ele é o

primeiro lugar marcado pelo adulto, em que impõem à conduta dos pequenos os limites sociais e psicológicos. (VIANNA; FINCO, 2009, p. 271)

A troca de experiências na infantil é fundamental para construção de uma sociedade mais igualitária entre os gêneros, no faz de conta tudo é permitido, a criança pode vivenciar vários papéis sociais e cabe a/o professora/o possibilitar reflexões sem julgamentos ou imposições para que a criança seja potente em suas escolhas.

Nesse contexto, percebemos que:

A escola, em vez de propiciar condições e atividades que não discriminem os meninos e as meninas, acaba por criar condições adversas, o que causa cada vez mais a distinção sexista, as desigualdades e, conseqüentemente, a hierarquização entre os sexos, tornando crescentes as discussões sobre o que é desejado e esperado para os meninos e o que é esperado e desejado para as meninas, como se ambos fossem de mundos distintos, sobretudo reafirmando o papel que a sociedade lhes impõe; (BISCARO, 2009, p. 36)

Dentro desta perspectiva da educação infantil, percebemos que a questão de gênero precisa ser priorizada e refletida, pois os sujeitos vão se construindo femininos e masculinos e a maneira como a/o professora/o se posiciona é determinante nessa construção. A/o educadora/o não deve legitimar, nem reforçar uma hierarquização entre o masculino e o feminino.

As marcas de gênero, dentre outras como gerações, classe, etnia, aparecem inscritas nos corpos dos sujeitos. Olhar a escola e os corpos de professoras, alunos e alunas, a partir desta perspectiva, é problemático e difícil, porque desestabiliza antigas crenças e modos de pensar a educação, mas deve ser também motivador de novos estudos na prática com educadoras e educadores, como também nossas vivências pessoais, política que precisa ser de fato “incorporada” como um modo de viver a vida (ANDRADE, 2004, p. 108)

Ao observarmos nossa prática enquanto professoras da educação infantil percebemos que muitas vezes não nos damos conta que estamos reforçando atitudes sexistas por meio de nossas linguagens e atitudes. A partir de uma reflexão das nossas práticas foi possível perceber que falamos e fazemos coisas, porque todo mundo faz, como se estivéssemos no piloto automático. Como exemplo disso podemos citar a valorização do bom comportamento, meiguice, capricho, letra bonita é tido como



comportamento de menina, e a bagunça, agressividade como características de meninos e quando um menino ou uma menina não corresponde com esse modelo pré-estabelecido, desencadeia reações de estranhamento como podemos observar nas falas “menina macho”, “fulano é muito sensível”, “sua letra é tão bonita, parece letra de menina”. Desta forma, é perceptível que:

A escola produz sujeitos infelizes por não se ajustarem a um modelo real ou porque se ajustam a duras penas, mas não se realizam, sofrem com isso. Como se não bastasse, sem rever esses preconceitos a escola vai produzindo cidadãos igualmente preconceituosos, que irão reproduzir em suas vidas para além da escola as discriminações e exclusões ali aprendidas (MOTTA, 2004, p. 57).

Quando essas situações acontecem percebemos que a escola não está cumprindo o seu papel de romper a discriminação em relação ao gênero, mas torna-se reforçadora de comportamentos e atitudes desejadas, legitimando uma educação sexista. O que deve ser feito pelo/a professor/a é uma reflexão e avaliação da prática docente com a finalidade de entender os conceitos de gênero, de sexualidade, para desmistificar alguns comportamentos.

Os temas transversais são uma ótima ferramenta para incluir na discussão além de questões de gênero, outros temas que também são importantes tais como: raça, etnia, identidade de gênero, racismo, homo/lesbo/transfobia e sexualidade que também integram ao debate.

### **Bases e fundamentos legais para a discussão de gênero**

Ao identificar o espaço social que homens e mulheres ocupam atualmente e as desigualdades de gênero pelas quais as mulheres brasileiras enfrentam cotidianamente, faz-se necessário compreender qual o papel da escola na conscientização de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, que valorize e respeite as singularidades de cada um e de cada uma respeitando seus direitos e suas subjetividades.

Como base em nosso estudo, importa compreender de que forma as questões de gênero se inserem nos temas transversais, uma vez que acreditamos nas palavras de Paulo Freire (1996), para quem a educação atua como uma forma de intervenção e transformação do mundo. Nesse sentido e por esse motivo, a escola é um elemento importante no combate às desigualdades sociais e de gênero.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orientam o trabalho pedagógico no que se refere ao respeito e a valorização do outro. É papel da escola saber quais as ações pedagógicas que ocorrem no ambiente escolar e identificar se o ambiente escolar está contribuindo para que toda forma de preconceito e discriminação sejam constadas e desconstruídas.

Na infância a criança está em um processo de formação identitária, “sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição.” (BRASIL, 1998, p. 13). Durante as interações as crianças projetam situações do dia a dia, imitam os adultos que estão à sua volta e reproduzem comportamentos.

Na escola em que trabalhamos reservamos a sexta-feira para o dia do brinquedo, com a finalidade de possibilitar a troca e interações entre as crianças, neste dia muitos pais e mães recomendam na porta “*professora eu trouxe um carrinho para meu filho, não é certo menino ficar brincando de casinha né<sup>4</sup>?*”. A fala de alguns pais dá a entender que a escola está estimulando a criança a ser gay, quando na verdade estamos possibilitando uma educação igualitária, sem distinção de gênero, sexualidade ou papéis impostos socialmente.

O autor Santos (1997), apresenta o termo mito da conversão. Esse mito retrata a ideia de que ao oportunizar leituras que permeiam o universo homoafetivo poderia incentivar as/os alunas/os a se tornarem homossexuais, infelizmente esse mito começa na educação infantil, pois muitas famílias tem a errônea ideia de que brinquedos, objetos, roupas, cores poderão influenciar suas crianças a respeito da sua sexualidade. Assim torna-se necessário tratar dessa temática a fim de que esses mitos sejam desmistificados.

As discussões dos conceitos de gênero nas propostas curriculares para a educação são consideradas como um assunto polêmico e cheio de discordâncias. Alguns consideram a escola como doutrinadora e que influencia as crianças em suas decisões acerca do seu corpo.

Esse ideal foi reforçado com as ideias do movimento do Escola Sem Partido, movimento que trata-se de uma iniciativa fundamentada por grupos conservadores que buscam uma suposta neutralidade escolar, para diversos assuntos como diversidade

---

<sup>4</sup> Fala de um pai de aluno a respeito do dia do brinquedo.



sexual, relações sociais de gênero, dentre outros que envolva política ou sexualidade nas salas de aula, buscando uma suposta escola neutra, porém será que esta neutralidade é possível?

Os projetos de lei que instituem o Programa Escola sem Partido desejam calar os professores e, por consequência, os próprios estudantes, tendo como justificativas o respeito às convicções familiares e uma acusação explícita de que professores induzem seus alunos a determinadas escolhas. Esta suposta indução, segundo os defensores do Programa, é uma forma de exploração combatida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O silenciamento escolar pretendido cumpre o ofício de assegurar que a norma heterossexual, tal qual está forjada, e a pretensa superioridade do homem sobre a mulher, se perpetuarão como parte da natureza humana. (SILVA, 2017, p. 169)

O Referencial Curricular Nacional Educação Infantil (RCNEI) admite em seu texto que o conceito de gênero é uma construção social, que se estabelece a partir das relações, interações sociais e vivências do indivíduo em diferentes espaços “[...], ser homem ou mulher varia conforme a cultura e o momento histórico, pois supõe, mais do que as características biológicas de um ou outro sexo, o desempenho de papéis atribuídos socialmente. (BRASIL, 1998, p. 20). Assim, essa construção acontece por meio das relações de convívio familiar com pais/mães, tios e avós e também na sociedade.

A estrutura familiar na qual se insere a criança fornece-lhe importantes referências para a sua representação quanto aos papéis de homem e de mulher. Em um mesmo grupo de creche ou pré-escola, as crianças podem pertencer a estruturas familiares distintas, como uma que é criada pelo pai e pela mãe, outra que é criada só pela mãe, ou só pelo pai, ou ainda outra criada só por homens ou só por mulheres (BRASIL, 1998, p. 20).

Sabemos que a escola é um dos principais espaços de convivência e formação da/o cidadã/o crítica/o, que possibilita por meio dela a capacidade de interagir e de formar conceitos pessoais acerca de si e da sociedade em que está inserida/o.

A Resolução n. 5, de 17/12/2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, orientando a escola para:

[...] construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes

formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2009, p. 1).

A escola em seu dever de educar, “[...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996, p. 1), ou seja a escola tem como missão desenvolver o seu papel em todas as áreas do conhecimento, o teórico, o prático e o social, facilitando a vida em sociedade ancorada no respeito e na valorização do outro enquanto sujeito histórico.

A escola não é neutra, até porque em nossa concepção neutralidade não existe e o ambiente escolar é um espaço para a reprodução de uma ideologia dominante. Desta forma “[...] falar da impossível neutralidade da educação já não nos assusta ou intimida. É que o fato de não ser o educador um agente neutro não significa, necessariamente, que deve ser um manipulador.” (FREIRE, 1989, p. 16). Se pararmos para pensar que o educador ou educadora não é neutra perante as situações que se fazem necessários posicionamentos, por que ainda é possível ver casos em que as/os docentes reproduzem a distinção entre homens e mulheres?

Recentemente a atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves que citou em sua fala que “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa” (G1, 2019 p. 1), em mais uma tentativa conservadora de estabelecer padrões entre o feminino e o masculino.

Para Simone de Beauvoir (1967, p. 9) “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher” e este tornar-se mulher parte de uma concepção que construímos cultural e historicamente por meio da prática social da heterossexualidade. Entender que a mulher é um ser humano e que vai muito além de alguém que possui ou não um útero. Devemos considerar que, historicamente, a humanidade é masculina e a mulher era uma construção feita pelo homem, ser mulher, então é sinônimo de ser feminina, meiga e frágil, o que atualmente vêm sendo desmistificado.

Somos forçadas a “ser mulher” toda vez seguimos padrões destinados especificamente para mulheres. Nos transformamos ou tornamos meninas por meio das roupas rosas, quando ouvimos “senta direito, você é menina!”, “fecha as pernas”, “seja meiga, você é menina” e “se comporte como uma mocinha!”. Enquanto isso, para os meninos, é comum ver os pais falarem “esse vai ser namorador”, “segura suas cabras que meu bode está solto”, entre outras frases que deixam bem explícito a diferença

cultural na criação de meninos e meninas, reafirmando a repressão entre os comportamentos tidos como femininos, contrapondo à liberdade exacerbada masculina.

Essas distinções de papéis são observáveis em diferentes situações no cotidiano da escola, principalmente nas brincadeiras.

No que concerne a identidade de gênero, a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que a criança brinque com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher. Isso exige uma atenção constante por parte do professor, para que não sejam reproduzidos, nas relações com as crianças, padrões estereotipados quanto aos papéis do homem e da mulher, como, por exemplo, que à mulher cabe cuidar da casa e dos filhos e que ao homem cabe o sustento da família e a tomada de decisões, ou que homem não chora e que mulher não briga. (BRASIL, 1998, p. 42).

A Base Nacional Comum Curricular em seu texto orienta para a Educação Infantil a prática do respeito e valorização do outro em suas especificidades, mas não referencia as relações entre meninos e meninas, as relações de gênero e tampouco de sexualidade. A criança nesta etapa fase da Educação Infantil, tem a oportunidade de vivenciar várias experiências no meio social, com o contato com outras crianças, outras culturas e diferentes realidades no âmbito social, familiar e escolar. Acreditamos que:

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. [...]. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BRASIL, 2017, p. 40)

Nas escolas, em muitos casos, nós enquanto professoras/es somos reprodutoras/es ou reafirmadoras/es de pré-conceitos referente ao que seria compreendido como masculino ou como feminino, ou melhor dizendo, o que seria coisa de menina ou de menino, às vezes isso pode acontecer de forma inconsciente. Brincar de carrinho, jogar bola, brincar de lutar e tantas outras brincadeiras que são pensadas e encaradas como sendo “de menino”, enquanto brincar de cozinhar, de boneca, de brincar de dona de casa “é brincadeira de menina”. Essas condutas reproduzem e

reforçam padrões estipulados por uma sociedade que distingue os afazeres de homens e mulheres, valorando de/con/formando o imaginário dos espaços sociais destinados a cada um/a.

Ser mulher em nossa sociedade, está enraizada com a ideia de servir ao homem e a sociedade. A casa, a educação, o cuidado com a família seria responsabilidade da mulher; enquanto o homem estaria propenso à aventura, ao risco [à guerra]. Precisamos repensar nossos conceitos e oportunizar igualdade de gênero em todos os espaços.

Desta forma, nós enquanto professoras/es.

Precisamos nos dar conta de que existem diferentes formas de viver as masculinidades e feminilidades, e isso precisa ser respeitado. A escolha, por exemplo, de que uma menina pode jogar futebol e lutar judô não implica naturalmente que deixe de ser feminina ou que seja lésbica. (GOELLNER, 2012, p. 113).

Desmistificar pré-conceitos é uma das formas mais eficazes de reduzir o preconceito e a discriminação sobre questões de gênero, sobre o papel social do que seria de menino ou o que seria de menina. Por esse viés, precisamos entender que, concordando com Felipe (2012) o conceito de gênero é “[...] uma tentativa de se opor a uma ideia de essência, que em geral pautava a explicação de comportamentos distintos para homens e mulheres” (FELIPE, 2012, p. 221) e busca “[...] enfatizar e problematizar a construção histórica, social e cultural dos comportamentos entre homens e mulheres, fugindo assim as explicações que remetem a uma essência [...]” (FELIPE, 2012, p. 221).

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos Temas Transversais há o seguinte:

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como por exemplo comum pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. (BRASIL, 1998, p. 144)

Desta forma, compreendendo que o conceito de gênero rompe com a ideia que homens e mulheres nascem com uma essência ou predestinados a funções, ou algo que é

prescrito ao seu sexo, atribuindo deveres, funções específicas a homens e mulheres, como se não pudesse fugir desse padrão, é algo estrutural, enraizado que aderimos sem perceber.

A partir do momento que assinalamos o F em um formulário, ingressamos oficialmente no sistema sexo-gênero, nas relações sociais de gênero, em que fomos ‘engendrada’ como mulheres, isto é, não são apenas os outros que nos consideram do sexo feminino, mas, a partir daquele momento, nós passamos a nos representar como mulheres. Agora pergunto: isso não é o mesmo que dizer que a letra F do formulário grudou em nós como um vestido de seda molhado? (LAURETIS, 2019, p. 134)

Desta forma, compreendemos que pensamentos sexista em que enaltece a figura masculina está em modo automático, em muitas vezes nem percebemos. Temos que compreender que um dos papéis da escola, enquanto entidade formativa, é transformar o mundo em um lugar melhor para a convivência e existência, praticando o pensar crítico como forma de intervenção no mundo.

### **Relações de gênero na escola de infantil: vivências e polêmicas**

Ser menina ou ser menino, em um ambiente que corrobora com uma prática sexista, é um desafio na atualidade, uma vez que essa divisão e hierarquização, coloca os sujeitos em polos de oposição. As crianças neste processo apenas recebem influências externas e tem que se moldar ao que é socialmente considerado certo para a construção de suas identidades e limitam as possibilidades de expressão de seus corpos e de suas subjetividades.

Enquanto professoras de turmas de Pré-escolar, foi possível observar que as crianças já vêm de casa com pré-conceitos a respeito de algumas brincadeiras. Nos espaços ambientados é comum ouvir das crianças falas como “*isso é coisa de menina*”. Podemos elencar situações em que as crianças apresentaram limitações/resistências em brincar com determinados brinquedos por causa da cor ou pela função social atribuída a ele. A respeito disto Louro (2000) escreve:

A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e

sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p. 6).

Em nossa prática docente, percebemos diversas situações em que as crianças tinham receios no momento de brincar. Na sala de movimentos ficou evidente a preocupação das crianças em evitar experimentar as fantasias que eram desaprovadas pelos colegas, ou que não condiziam com seu gênero.

Em uma determinada situação, um menino quis vestir uma blusa com capa e símbolo da mulher maravilha. Não demorou muito para as crianças gritarem: “*essa fantasia é de menina!*”. Ao perceber a situação, a intervenção docente se fez necessária. Foi explicado para as crianças que não havia problema usar a fantasia da Mulher Maravilha; afinal se um homem usa a fantasia ele não será mulher e sim homem, o “Homem Maravilha”. Com essa explicação, as crianças concordaram em usar a fantasia, até mesmo as que diziam que era roupa de mulher.

Lauretis (2019) utiliza a exemplificação do preenchimento de um questionário ao qual, utilizamos F para feminino e M para masculino, a reflexão construída nos leva a questionar se nós marcamos e afirmamos nossa feminilidade ao preencher um questionário, ou é a construção social do feminino que nos marca. A ideia abordada pela autora do vestido de seda molhado é uma forma de ilustrar se, é nós que grudamos no vestido ou o vestido que gruda em nós, interpretamos assim, que o vestido seja a ideia de feminino e feminilidades que a sociedade nos impõe.

Para Louro (1997), a escola reafirma o que pode e não pode para ambos os sexos, estabelecendo regras e controlando os comportamentos sociais e estabelecendo lugares de fala para meninos, meninas, homens e mulheres, padrões de como devemos nos comportar de acordo com um seguimento que não atende a todos. segundo a autora:

A escola limita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e meninas. [...] E hoje sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva sobre os sujeitos”. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes (LOURO, 1997, p. 58 e 62).

A escola enquanto um ambiente voltado para a formação humana ainda distingue, por meios de mecanismos repressivos e vexatórios, as atribuições do que seria para o homem e para da mulher na sociedade. Nessa lógica, o que não se encaixa



aos padrões estipulados está fadado a ser considerado errado, que não pode ser feito por aquela pessoa ou criança – nas palavras de Louro, escolarizando-se e distinguindo-se os corpos e as mentes.

A intervenção pedagógica nestes casos, é de suma importância, pois pode estabelecer uma mediação entre a criança com o conhecimento e a desconstrução dos paradigmas é um importante papel do professor ou da professora.

Outra situação observada ocorreu no espaço ambientado do circo, havia diversas fantasias: mágico, bailarina, palhaço, entre outras. Um dos meninos escolheu a fantasia da bailarina que, embora estivesse com muita vontade de vestir, a desaprovação dos colegas, as risadas e frases “isso é coisa de menina”, “você está parecendo uma menina”, fizeram com que ele se sentisse envergonhado pela escolha que fez. Ao observar o acontecido, mediamos a situação em uma roda de conversa e explicamos para as crianças que usar a fantasia não fazia dele uma menina, pois existiam bailarinos e que usavam roupas bem parecidas. Sayão afirma:

Em especial, nas brincadeiras que inventaram, meninos e meninas demonstram que os papéis de gênero vão sendo delineados muito cedo, embora na infância seja bastante possível transgredi-los. Essa característica de transgressão parece ser uma manifestação típica de um momento da vida e logo será abrandada em face das convenções sociais pautadas por uma visão da ciência e por determinações sociais que normatiza lugares comportamentos e formas de ser específicos para meninos e meninas, homens e mulheres (SAYÃO, 2003, p. 78).

Após esta intervenção, observamos que as crianças sempre perguntavam “*pode usar né pró, vou ser menina não né?*”, mesmo com toda conversa, ainda era necessário reafirmar que não havia problemas em se divertir com uma fantasia, a prática para a desconstrução desses padrões sexistas não devem ser momentâneos e sim contínuas para o exercício da desconstrução e construção.

Quando nós educadores e educadoras silenciamos, nos omitimos, fingimos que nada acontece nas salas de aula, estamos reforçando o sexismo e, com isso, legitimando as desigualdades impostas por essa educação sexista, excluindo assim os sujeitos que não se encaixam nos “padrões” determinados e instituídos pela sociedade, onde é vedado, por exemplo, o direito ao menino, por ser “homem”, de brincar de boneca e à menina, por ser “mulher”, se nega o direito de brincar de carrinho ou futebol. (BISCARO, 2009, p. 41)

A sociedade possui em sua estrutura, mecanismos hierárquicos, representados, por exemplo, em toda uma estrutura, na linguagem sexista que está naturalizada em nosso vocabulário, de maneira que em nossa comunicação cotidianamente o enaltecimento da figura, ao qual “o uso de uma linguagem genérica masculina, entendida como neutra e que os protagonistas das histórias são quase três vezes mais homens que mulheres, o que tende a perpetuar a ideia de que os homens são mais importantes que as mulheres” (FRANCO; CERVERA, 2006, p. 11). Durante as brincadeiras é comum observar a divisão de grupos, meninas e meninos são separados/as para as brincadeiras, para sair da sala, para montar grupos de atividade, práticas como esta comprometem a aprendizagem.

Enquanto docentes, não devemos nos prender às amarras do senso comum que subordinam e hierarquizam meninos e meninas. Devemos possibilitar uma educação de igualdade em que ambos possam ser o que quiser na sociedade.

Diante de uma atuação docente intencionalmente não sexista o lúdico deve ser trabalhado diante da alternância de papéis, fortalecendo as relações de alteridade e reflexividade a partir da vivência e representações de papéis sociais. O docente deve possibilitar às crianças brincadeiras diversificadas, onde haja a alternância de papéis sociais. Desta forma, cada uma delas poderá se colocar no “lugar do outro”, compreendendo melhor as necessidades e particularidades os indivíduos em sociedade. Desde a primeira infância, ou seja, desde a Educação Infantil onde está em construção a identidade das crianças, a alteração de papéis deve ocorrer nas contações de histórias, nos jogos, nas brincadeiras, nas rodas de conversas e demais brincadeiras. (BRAGA; SANTOS, 2017, p. 268)

É preciso formar o senso crítico, pois a função do docente “[...] Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo” (FREIRE, 1996, p. 24), contribuindo para uma educação reflexiva e que auxiliará na redução das desigualdades de gênero.

### **Algumas breves considerações finais**

Partindo de pressuposto baseados em memórias escolares e das experiências profissionais que vivenciamos, compreendemos que é necessário buscar uma

metodologia diferenciada para a educação infantil e para o trabalho de gênero, com vistas a uma sociedade igualitária entre meninos e meninas, entre homens e mulheres.

Por fim, torna-se necessário discutir de que forma a escola e as/os docentes estão contribuindo para a construção de padrões de comportamentos e da atuação de mulheres e homens na sociedade. Percebe-se a necessidade de uma alternância nos papéis das brincadeiras, sem direcionar os brinquedos tampouco limitar o seu uso, pois, desta forma, estaremos combatendo uma educação sexista que impõe papéis sociais.

No que se refere à prática docente, percebe-se a necessidade de formação continuada e reflexão sobre as temáticas gênero e sexualidades na escola, bem como raça/etnia, geração, identidade de gênero, pois só assim é possível rever nossas ações e abandonar práticas sexistas que são reforçadas no dia a dia.

## Referências

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia, corpo e educação: a ditadura do corpo perfeito. In.: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 107-120.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1967

BRAGA, Sirleia Oliveira; SANTOS, Rodrigo dos. Relações de gênero e Educação Infantil: alternância de papéis e ludicidade. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v. 1, p. 249-273, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 19 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Resolução n. 5. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 2009.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 25 abr. 2020.

BÍSCARO, C. R. R. **A construção das identidades de gênero na educação infantil.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS: 2009.

BUTLER, Judith. Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). *Gênero, cultura visual e performance. Antologia crítica.* Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FELIPE, Jane. Entre batons, esmaltes e fantasias. In.: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.). **Corpo, gênero e sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 53-65.

FELIPE, Jane. Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In.: XAVIER FILHA, Constantina. *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias.* Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 217-226, 2012.

FERRARI, Juliana Spinelli. Diferenças entre as brincadeiras de meninos e meninas. Brasil Escola, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/diferencas-entre-as-brincadeiras-meninos-meninas.htm> . Acesso em: 25 fev. 2020.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. Manual para o Uso Não Sexista da Linguagem. 2006. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>. Acesso em: 26 fev. 2020.

G1. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. Brasília, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 15 jun. 2019

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: Reflexões necessárias para pensar a educação da infância. In: FILHA, Constantina Xavier (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias.** Campo Grande/MS: Editora UFMS, p. 103-116, 2012.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de gênero.** In.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 14-36, 1997.

- LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. A escola e a pluralidade dos tempos e espaços. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Escola Básica na virada do século**: Cultura, política e currículo. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 119-129, 2002.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In.: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 9-27.
- MOTTA, Flávia de Mattos. Gênero, sexualidade e educação. In.: SARTORI, Ari José; BRITTO, Neli Suzana (org.). **Gênero na educação**: espaço para diversidade. Florianópolis: Genus, 2004. p. 49-62.
- PARÁISO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.
- SAYÃO, Débora Thomé. Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, Meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. **Proposições**: Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação, Campinas: UNICAMP, v. 14, n. 3, p. 67-87, set./dez. 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. (Conferência), 1995.
- SANTOS, Rick. Subvertendo o cânone: literatura gay e lésbica no currículo. Gragoatá, n. 2, 1997, p. 181-189.
- SILVA, Vera Lucia Marques da. **Educação, Gênero e Sexualidade**: algumas reflexões sobre o Programa Escola sem Partido. Revista Café com Sociologia, V.6, n. 1. p. 158-172, jan./abr. 2017.
- VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, dez. 2009.

Recebido em agosto de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.